

DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE SOCIOTERRITORIAL NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CONTRADIÇÕES DO CAPITAL E LUTA PELO TRABALHO

Joelson Gonçalves de Carvalho¹

Maria Cristina de Souza

Flávia Sanches de Carvalho

Resumo

A penetração do capitalismo no campo, com significativo aumento da produção e produtividade e drásticas alterações nas relações de trabalho tanto no urbano como no rural, acabaram por subordinar a agricultura à grande indústria, mas isto não se deu de forma pacífica. É a partir desta premissa que este artigo se desenvolve, isto é, reconhece-se a *conflitualidade* enquanto conceito perene para se entender as diversas contradições imanescentes entre o capital e a luta pelo trabalho. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo apresentar algumas considerações acerca do desenvolvimento de uma região específica de São Paulo, a saber: a Região Administrativa de Ribeirão Preto. A região escolhida para a investigação é notadamente reconhecida como capital brasileira do agronegócio, sendo expressiva na atividade canavieira associada à produção de álcool e açúcar. De modo mais particular, a ideia é a de apresentar um conjunto de informações sobre a desigualdade socioterritorial nesta região a partir das contradições presentes na luta pela terra e trabalho em um território nacionalmente conhecido pelo alto desenvolvimento das forças capitalistas no campo. Em que pese estas especificidades marcantes do capital agroindustrial, a região também conta com mais de 900 famílias assentadas em cinco importantes projetos de assentamentos rurais. Primeiramente fazem-se, como notas introdutórias algumas observações críticas sobre o papel das políticas sociais no bojo das políticas neoliberais para, em seguida apresentar algumas considerações das contradições sobre o desenvolvimento e a desigualdade na região escolhida. A partir de entrevistas com agentes representativos e visita de campo, ficou patente às dificuldades de desenvolvimento dos projetos em questão o que, por seu turno não inviabiliza a reforma agrária como política social importante na construção da cidadania.

Palavras-chave: pobreza; políticas sociais; Região Administrativa de Ribeirão Preto

¹ Professor Adjunto da UFRRJ, Instituto Três Rios, Departamento de Ciências Econômicas e Exatas DCEEX/ITR/UFRRJ. Contato: Rua Isaltino Silveira, 775. AP 308. Três Rios, RJ. CEP: 25802-100. Tel. (24) 8117725. Email: joelsonjoe@yahoo.com.br

1 – Notas introdutórias: breves observações críticas sobre políticas sociais e pobreza no capitalismo brasileiro

As políticas sociais formuladas e executadas pelo Estado expressam a correlação de forças existente nas relações sociais. Elas são conquistadas pela classe subalterna de acordo com o acúmulo de forças que obtém na luta cotidiana travada com a classe hegemônica. Nesse processo, o Estado intervém nas relações de classes principalmente através da regulação do trabalho, e ainda criando e gerindo as políticas sociais, atendendo aos interesses da classe privilegiada para “apaziguar” as tensões e garantir a acumulação do capital. Mas, ao mesmo tempo, para a classe subalterna, as políticas sociais são efetivamente alternativas aos desprovidos dos meios de produção, que encontram nelas um meio de possibilitar e/ou facilitar sua sobrevivência nesta sociedade. Essas políticas expressam, portanto:

(...) Necessidades estruturais da acumulação capitalista, a saber, a regulação da força de trabalho que deve ser mantida e reproduzida. Constitui-se num mecanismo de obtenção de hegemonia por parte do bloco no poder, ao incorporar interesses das classes dominadas ao seu projeto de dominação, buscando a diminuição dos conflitos e a obtenção do consenso. E finalmente, mas fundamental, as políticas sociais são um resultado da luta de classes e decorrem da organização e participação das classes trabalhadoras na arena política" (TEIXEIRA et al, 1988, p. 46).

Nas políticas sociais, além dos determinantes estruturais, estão presentes também determinantes históricos e conjunturais, uma vez que essas políticas se processam no âmbito de relações sociais em sociedades determinadas. Historicamente, a acumulação capitalista e a pressão das classes trabalhadoras têm se constituído o campo em que se insere a gênese das políticas sociais. Esse fenômeno, embora ocorra com múltiplas nuances, está presente nas várias sociedades e se expressam de acordo com o grau de organização das classes.

Isso porque, no espaço das contradições alteram-se historicamente as respostas da classe socialmente subordinada e da classe hegemônica, face à correlação de forças. Assim, é fato que as políticas sociais no capitalismo funcionam como um tratamento dado à desigualdade social, pois apaziguam as tensões mantendo as estruturas de propriedade e de riqueza.

Se analisadas nos moldes capitalistas, as políticas sociais deveriam, em tese, funcionar, nas palavras de Pastorini (1997, p. 88) “*como mecanismos institucionais tendentes a diminuir as desigualdades sociais, redistribuindo seus escassos recursos num*

sentido contrário ao do mercado: aquele que tem menos será o que mais receberá das políticas sociais”. É nesta perspectiva de redistribuição que, na última década, avançou e ganhou visibilidade as políticas assistenciais no Brasil.

Porém, não é possível negar que essa realidade objetiva entrecruza-se de forma bastante complexa com a falta de recursos para políticas mais abrangentes como, por exemplo, as de seguridade social. Em termos gerais, as propostas neoliberais que focam a questão social são reducionistas sem relações diretas com aparato institucional (YAZBEK, 1997).

Nesta paradoxal situação, aumento da riqueza social com ampliação dos contingentes pauperizados, o neoliberalismo tem como estratégia a redução dos direitos e da proteção social, dando ênfase na questão da capacidade individual, no auto-aperfeiçoamento, na auto-organização da população. Volta-se então a questão dos mercedores ou não mercedores, enquanto *“a subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política”* (YAZBEK, 1999, p. 18). O grupo dominante trabalha com uma ideologia conservadora de responsabilização da população. Eles são responsáveis por seus sucessos ou fracassos, ocultando as causas estruturais que geram a pobreza e a miséria.

Contribuiu para este quadro no Brasil a adoção indiscriminada de políticas neoliberais, notadamente a partir dos anos 1990, no bojo do processo de globalização. Isto por seu turno trouxe à realidade brasileira um duro golpe: o agravamento dos problemas estruturais nacionais, a exemplo da concentração de renda e da propriedade. Este quadro de agravamento se deu *pari passu* com a redução das possibilidades de ação estatal concreta e coordenada para a efetiva superação do atraso social e econômico nacional.

Assim, o conjunto de políticas sociais como saúde, educação, habitação, previdência social, relevantes como políticas estatais capazes de propiciar igualdade de oportunidade aos cidadãos por indicação da perspectiva neoliberal, devem buscá-las no mercado. Ganham força as políticas de cunho assistencial, de abrangência restrita, com focalização em segmentos e situações específicas, ou seja, temos o aumento da vulnerabilidade, tem-se a retração das políticas sociais, na qual, além da retração em políticas estratégicas aumenta-se o enfoque em políticas focalizadas e seletivas.

Não se trata de esgotar todas as contradições existentes, principalmente nas políticas sociais brasileiras, que não vem conseguindo tratar a todos como cidadãos, nem tão pouco de sugerir que a simples existência destas políticas seria capaz de garantir

igualdade de acesso. Mas trata-se de classificá-las como importantes na construção da cidadania, de forma que, quando não são tratadas como direitos de todos, assumem um caráter meramente compensatório.

Esse histórico caráter assistencial imprimiu um caráter emergencial às políticas sociais no país. O Estado brasileiro, historicamente, apresentou e tratou as políticas assistenciais como ação temporária; como ajuda aos incapazes de prover o seu bem estar no mercado. Os acessos a elas se dão por caminhos burocratizados com caráter eletivo e seletivo. “*Não prevalece o direito de acesso universal do cidadão aos serviços, mas um sistema clientelístico de favores e vantagens*” (FALEIROS, 1985, p. 18).

Desta forma, embora denominada política social, a assistência social desenrolou-se ao longo de décadas, como doação de auxílios revestida pela forma de tutela, de benesse, favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista. Esta, no fim, mais reproduziu a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que operou de forma descontinuada em situações pontuais. Todas essas características marcaram as políticas sociais com um alto grau de burocratização e de autoritarismo.

Discutir políticas destinadas à pobreza é discutir formas de diminuir a exclusão de parcela da população. Diante o exposto, a questão da pobreza não pode ser encarada como tarefa exclusiva de uma política social. É imprescindível compreender que, se a pobreza é um fenômeno multidimensional, deveria obter esforços conjuntos na tarefa de combatê-la. As políticas sociais assistenciais poderiam ser um grande auxílio, se aliada às demais políticas e, principalmente, se cunhasse um perfil mais abrangente, não focado apenas no conceito de pobreza absoluta e pobreza extrema.

Assume-se aqui neste artigo que a pobreza se manifesta por um conjunto de fatores inter-relacionados que distanciam os afetados por ela, de uma *homogeneização social* caracterizada por uma *satisfação de forma ampliada das necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais* (FURTADO, 1992, p. 06) ou, ainda, limitam os pobres, em suas tomadas de decisões, de caráter autônomo, como prerrogativa básica para a *expansão da liberdade*, ou ainda, *expansão das capacidades humanas* (SEN, 2000).

Apresentada a ideia de pobreza aqui admitida, ela se revela, no espaço rural, por aqueles que não têm terras ou não as têm em quantidade suficiente; por aqueles que estão privados de políticas agrícolas adequadas; muitas vezes pela condição de ilegalidade da posse, o que, por sua vez, inviabiliza o acesso ao crédito. A precariedade é outro fator:

terras pouco férteis, mal situadas em relação a mercados e infraestrutura deficiente ou insuficiente. Soma-se à ideia de pobre aqui aceita, aqueles, que, ao venderem sua força de trabalho, recebem menos que o necessário para sua existência.

É fato que o espaço rural no Brasil é marcado por diversas contradições e especificidades, mas em que pese a grande heterogeneidade estrutural da agricultura, é revelador de que as distintas lógicas produtivas ficaram ao largo das melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo. Mesmo sendo o agronegócio brasileiro um dos mais modernos do mundo, o modelo capitalista no campo não arrefeceu a necessidade de uma reforma agrária mais ampla e de caráter mais social. Isto é bem visível quando se vê luta pela terra em territórios hegemônicos pelo agronegócio com terras caras e ditas produtivas, como as da região de Ribeirão Preto.

Antes de uma análise mais retida sobre a região em questão é importante frisar que a modernização da agricultura, com seu caráter conservador, gerou uma divisão social do trabalho, incapaz de reter mão de obra no campo e foi, em linhas gerais, marcado pela desigualdade e exclusão social. Outro ponto importante é que o estado de São Paulo é marcado por grande heterogeneidade estrutural no campo, onde coexistem latifúndios improdutivos, vastas áreas devolutas, extensas áreas públicas griladas, moderna agricultura tanto de caráter capitalista quanto familiar e também pobreza rural.

As distintas lógicas produtivas paulistas revelam que os ganhos de produtividade ficaram ao largo da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, o que por sua vez, corroborou de modo estrutural para ao aumento dos conflitos no campo e na luta pela terra em todas as regiões do estado, mas de modo mais específico na *Califórnia Brasileira*.

2 – Algumas considerações (e contradições) sobre o desenvolvimento e a desigualdade na região de Ribeirão Preto: riqueza concentrada e pobreza difundida

A Região Administrativa de Ribeirão Preto conta com uma população estimada em 1.248.360 habitantes, área de 9,3 mil km². Constitui-se em uma única Região de Governo, a de Ribeirão Preto, tendo seus habitantes distribuídos em 25 municípios, densidade demográfica de 134,23 hab./km² e taxa anual de crescimento populacional de 1,66%

(SEADE, 2011)². Ela está situada a nordeste do estado de São Paulo, a aproximadamente 300 km da capital, estrategicamente localizada na rota que liga a Grande São Paulo à região central do Brasil, encontrando-se a 706 km de distância do Distrito Federal.

O caráter desbravador da colonização dessa área acarretou toda uma intensificação da agricultura que, por sua vez, trouxe rápidas implicações para a região, aumentando o contingente populacional, tanto no campo quanto na cidade. Aumentou-se também o número dos núcleos urbanos com capacidade para realização de diversas atividades econômicas, propiciando o surgimento de uma divisão inter-regional do trabalho, estabelecendo uma hierarquia das cidades paulistas, capitaneadas por Ribeirão Preto, no norte do estado.

O café foi o principal produto brasileiro e paulista em grande parte do século XIX e início do século XX. No final do século XIX a região de Ribeirão Preto já se destacava como principal produtora e os efeitos multiplicadores não tardaram a ocorrer: construção de estradas de ferro, armazéns e instalação e ampliação de atividades terciárias. A infraestrutura gerada para dar suporte ao café, especialmente em termos de transporte e energia, foi fundamental para o surgimento de uma importante agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas e do impulso inicial da industrialização da região que se mantém importante até hoje.

O aprofundamento da divisão inter-regional do trabalho ratificou e fortaleceu a agropecuária e as cadeias agroindustriais na RA de Ribeirão Preto, além de tornar o município de Ribeirão Preto um polo regional concentrador de fluxos populacionais e atividades econômicas (CUNHA e BAENINGER, 2000). Na busca por culturas com maior produtividade, visando o mercado internacional, o incremento tecnológico que a região absorveu também foi fundamental para sua dinâmica agrícola diferenciada.

O processo de modernização da agricultura acabou por condicionar o desenvolvimento econômico da RA de Ribeirão Preto. As culturas que contaram com incentivos do governo multiplicaram-se: inicialmente, o café e a laranja e, posteriormente, a cana-de-açúcar. A indústria de açúcar e de álcool induziu relações a montante com

² Os municípios que compõem a RA são: Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataparã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taquaral. O Estado de São Paulo é dividido política e administrativamente em Regiões Administrativas. Ao todo são 15 regiões que se subdividem em Regiões de Governo.

importante segmento de máquinas e de equipamentos sucroalcooleiros especializados (BRANDÃO e MACEDO, 2007).

Além de difundir inovações, a região também passou a produzir novas tecnologias, novas formas organizacionais, ocupacionais e espaciais (FREITAS, 2008, p. 47). A acelerada modernização agrícola contribuiu na expulsão de camponeses e no aumento do número de trabalhadores rurais temporários, mais conhecidos como boias-frias, além de reduzir a utilização de trabalhadores permanentes, bem como a utilização da ocupação da mão de obra familiar.

Do ponto de vista do Valor da Produção Agropecuária (VPA), a cana-de-açúcar, o café beneficiado, a carne bovina, a laranja para indústria e a carne de frango estão entre as principais culturas da região, pelo menos nos últimos dez anos. Somados, estes três produtos obtiveram, em 2010, 89,4% do total do valor da produção da região, com claro destaque para a cana-de-açúcar, que sozinha, obteve 78,2%.

A expansão da cultura da cana-de-açúcar e seu processamento têm sido responsáveis pelos efeitos mais marcantes na estruturação do espaço regional, nas relações de produção e de trabalho e, conseqüentemente, nos movimentos populacionais. Dentre os principais impactos da cultura canavieira, pode-se destacar: substituição de outras culturas pela monocultura da cana, valorização das terras e maior concentração fundiária; substituição da mão de obra permanente pela temporária, com residência na cidade e o aumento dos fluxos migratórios, com destaque para o movimento sazonal na época da safra.

No que tange ao estoque de empregados com carteira assinada, a RA registrou, para o ano de 2010, 367.019 trabalhadores. O setor com maior número de vínculos empregatícios foi o setor de serviços, com 151.975 empregos formais registrados e um crescimento de 78,41% em relação a 1999. A indústria representa o segundo setor que mais emprega na região, com 90.531 postos com carteira assinada e um crescimento da ordem de 131% em relação ao ano de 1999. Em segundo tem-se o comércio, com 87.471 empregos formais, com crescimento de 109% em relação a 1999. A construção civil apresentou maior crescimento relativo, com 211% de crescimento nos postos formais de emprego, mas, em termos absolutos, registrou para 2010 apenas 21.664 vínculos empregatícios em toda a RA.

O único setor que desempregou trabalhadores foi o agropecuário, com uma redução de 51% dos vínculos registrados, ou, em termos absolutos, uma perda de 16.225 postos de

trabalho. Em grande parte isto se deveu à redução da queima das lavouras de cana e a mecanização da colheita (Tabela 1).

Tabela 1 – Total de vínculos empregatícios, por setor de atividade, na RA de Ribeirão Preto – 1999/2010

Ano	Agropecuária	Comércio	Const. Civil	Indústria	Serviços	Total
1999	31.633	41.782	6.953	39.177	85.183	204.728
2000	24.507	44.159	7.760	41.377	93.148	210.951
2001	24.797	45.999	10.217	44.466	98.607	224.086
2002	18.919	49.298	9.573	50.167	105.517	233.474
2003	13.697	53.555	8.441	56.436	108.437	240.566
2004	13.731	57.758	9.153	61.777	111.015	253.434
2005	13.434	63.335	9.625	62.805	116.480	265.679
2006	14.694	66.112	10.170	72.750	121.838	285.564
2007	14.601	71.512	12.996	82.742	129.498	311.349
2008	14.429	77.162	15.190	83.431	132.181	322.393
2009	15.756	81.196	18.653	83.668	137.703	336.976
2010	15.378	87.471	21.664	90.531	151.975	367.019

Fonte: Fundação Seade. Elaboração própria

Em síntese, a lógica da modernização da agricultura trouxe consigo considerável processo de concentração do capital. Como exemplo, observado o movimento de concentração e internacionalização do capital na região de Ribeirão Preto, em outubro de 2009, a empresa francesa Louis Dreyfus Commodities anunciou a compra de cinco usinas da Santelisa Vale, de Ribeirão Preto. A fusão criou o grupo LDC-SEV Bioenergia, tornando-se o segundo maior produtor mundial de açúcar e etanol. O grupo anunciou que pretende produzir 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano e tem participação acionária das famílias Biaggi e Junqueira, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Banco Goldman Sachs (MENDONÇA, 2010)³.

Obviamente isto não é nenhuma novidade, a partir da patente penetração do capitalismo no campo, com significativo aumento da produção e da produtividade e de drásticas alterações nas relações de trabalho tanto no espaço urbano quanto no rural, Marx

³ A participação de empresas estrangeiras na indústria da cana no Brasil cresceu de 1% em 2000 para 20% em 2010. Existem cerca de 450 usinas no Brasil, controladas por 160 empresas nacionais e estrangeiras. De acordo com estudo do grupo KPMG Corporate Finance, de 2000 a setembro de 2009 ocorreram 99 fusões e aquisições de usinas no Brasil. Entre estas, 45 negociações aconteceram no período de 2007 a 2009, sendo que em 22 casos ocorreu a compra de uma usina nacional por um grupo estrangeiro (MENDONÇA, 2010).

(1996) já concluía que, ao contrário do que os fisiocratas e Ricardo supunham, a agricultura passou a ter um papel subordinado à grande indústria. Dito isto, fica bastante evidente que destino semelhante, no que tange à subordinação, teve os camponeses em relação ao capital agroindustrial.

Se, por um lado, cresce a concentração do capital e permanece elevada a incorporação de tecnologia na produção agrícola, por outro lado, têm-se tornado mais visíveis os impactos sociais, destacando-se o desemprego estrutural e a precarização das relações e das condições de trabalho. Segundo dados da Pastoral do Migrante do Município de Guariba, entre 2004 e 2008 houve 21 mortes de cortadores de cana nas usinas da região, grande parte atribuída a paradas cardiorrespiratórias; em outras palavras, por conta da exaustão, devido às condições insalubres de trabalho nos canaviais (MST, 2010)⁴. Soma-se a isso a demanda pela posse de terras e o número de conflitos, ocupações e a criação de assentamentos rurais, mesmo em áreas ditas altamente produtivas, como a RA de Ribeirão.

Apelidada de *Califórnia Brasileira* por seu dinamismo agroindustrial, esta região não consegue escamotear os dilemas e carências sociais inerentes do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Segundo os dados do Censo de 2000, renda média aproximada de R\$ 783,00, em valores correntes, (Tabela 2). O valor é considerado baixo se comparado, por exemplo, com a renda média da RMSP, que é da ordem de R\$ 1.028,00. Uma análise rápida da tabela 2 demonstra uma situação bastante desfavorável tanto em salários quanto em rendimento. Importante alertar que na tabela a renda se distingue entre rendimentos médios, que abarcam o conjunto dos ocupados e os salários médios, que se referem aos ganhos do mercado formal de trabalho. Para os municípios com rendimento médio maior que salário médio, o setor formal contribui menos para a composição da renda, ou seja, o emprego formal de trabalho tem menor influência que ocupações informais no crescimento da renda.

⁴ Segundo reportagem divulgada no site do movimento www.mst.org.br do dia 13 de junho de 2010. Acesso em fevereiro de 2011.

Tabela 2 – Rendimento médio e salário médio mensais da População Ocupada na Região Administrativa de Ribeirão Preto, 2000.

Municípios da RA	Rendimento médio	Salário médio
	Em R\$	Em R\$
Total da RA	782,00	708,00
Altinópolis	527,00	378,00
Barrinha	483,00	485,00
Brodowski	567,00	534,00
Cajuru	552,00	464,00
Cássia dos Coqueiros	453,00	427,00
Cravinhos	621,00	578,00
Dumont	729,00	494,00
Guariba	524,00	608,00
Guatapar	522,00	467,00
Jaboticabal	730,00	739,00
Jardinópolis	625,00	557,00
Luis Antnio	675,00	971,00
Monte Alto	658,00	627,00
Pitangueiras	533,00	614,00
Pontal	622,00	714,00
Pradópolis	599,00	671,00
Ribeirão Preto	943,00	767,00
Santa Cruz da Esperança	498,00	517,00
Santa Rosa de Viterbo	629,00	621,00
Santo Antnio da Alegria	458,00	406,00
São Simão	577,00	453,00
Serra Azul	486,00	407,00
Serrana	486,00	554,00
Sertãozinho	754,00	674,00
Taquaral	435,00	418,00

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE e Relação Anual de Informações Sociais 2000. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Polos Econmicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP. (1) Os dados sobre rendimentos têm como fonte o Censo Demográfico e de salários a RAIS.

Existem dificuldades a serem enfrentadas pelo mercado de trabalho que ainda não foram equacionadas nem pela indústria, nem pelo setor terciário da economia, notadamente os maiores empregadores. Pelos baixos valores apresentados por grande parte dos municípios da RA vis-à-vis os do município de Ribeirão Preto, percebe-se têm maior concentração do dinamismo e da riqueza no município sede da região.

No que tange ao mercado de trabalho na região, observa-se que, de maneira geral, 67% dos trabalhadores da RA de Ribeirão Preto estavam inseridos no trabalho formal. Isto indica, por outro lado, que aproximadamente 33% dos trabalhadores da região estavam dependendo exclusivamente dos possíveis rendimentos do mercado informal. O desemprego é significativo, contudo, analisado em termos de diferenças de renda, a

situação se mostra mais complexa: quanto menor a remuneração, maior é a taxa de desemprego.

Percebe-se que quanto menor o rendimento (na classificação proposta: pobres) maior o desemprego. Para o total das pessoas economicamente ativas, com renda domiciliar *per capita* maior que meio salário mínimo, apenas 11,5% delas estavam desempregadas, contra 47,9% dos pobres, isto é, com renda inferior a meio salário mínimo, em 2000 (Tabela 3).

Segundo os dados apresentados na tabela 3, excluindo apenas três municípios (Cássia dos Coqueiros, Santa Cruz da Esperança e Serra Azul) em todos os demais, a porcentagem dos pobres que não contribuem para a Previdência Social é superior a 91%. Já do ponto de vista dos anos de estudo, mesmo os não-pobres tiveram, para todos os municípios, menos de 7 anos, quando observada a média da população economicamente ativa. Para os pobres, a média de anos de estudo foi sempre menor, obviamente, contudo chama a atenção a média da região com apenas 3,1 anos de estudo. Estes números consideram jovens e adultos que compõem a PEA. Quando observados os dados atuais sobre a escolarização das crianças e adolescentes a perspectiva futura é um pouco melhor.

O índice de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade na RA de Ribeirão Preto foi de 4,2%, em 2000, patamar inferior à média estadual de 6,1% para o mesmo ano. Segundo Dedeca et al (2009), foi possível constatar queda na taxa de analfabetismo em todos os municípios da região. Para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, o percentual da população entre 7 e 10 anos que frequentava a escola, em 2000, era de 98,5%, valor considerado alto para os padrões estaduais, já que para o estado o mesmo índice foi de 87,5%. No segundo ciclo do Ensino Fundamental (de 6º a 9º anos), o percentual de crianças de 11 a 14 anos frequentando a escola em 2000 foi de 80,4%, muito acima do registrado para a mesma região no censo anterior, de 59,9%.

Aproximadamente 54% dos jovens de 15 a 17 anos no estado de São Paulo foram atendidos pelo Ensino Médio no ano 2000. Dentre os municípios da RA, esta taxa variou entre 33,2% e 76,6% (DEDECA, et al, 2009, p. 159-166).

Tabela 3.13 – Taxa de desemprego, média de anos de estudo e porcentagem de contribuição para a previdência social na RA de Ribeirão Preto, 2000.

Municípios da Região Administrativa	Taxa de Desemprego		Média de Anos de Estudos da PEA		Porcentagem de Contribuição para a Previdência Social	
	Pobres ⁽¹⁾	Não Pobres ⁽¹⁾	Pobres ⁽¹⁾	Não Pobres ⁽¹⁾	Pobres ⁽¹⁾	Não Pobres ⁽¹⁾
Total da RA de Ribeirão Preto	47,9	11,5	3,1	6,1	3,2	96,8
Altinópolis	29,3	7,5	2,6	5,3	6,4	93,6
Barrinha	49,9	12,3	3,0	4,3	8,6	91,4
Brodowski	38,6	5,8	2,7	5,2	3,1	96,9
Cajuru	34,4	11,0	3,0	5,2	7,7	92,3
Cássia dos Coqueiros	3,6	1,7	3,6	5,3	10,0	90,0
Cravinhos	43,6	10,5	2,8	5,4	3,6	96,4
Dumont	39,8	7,8	3,0	5,3	3,3	96,7
Guariba	45,7	13,8	2,6	4,7	8,0	92,0
Guataporá	47,7	9,1	2,9	5,0	8,4	91,6
Jaboticabal	43,5	10,5	3,2	6,0	2,3	97,7
Jardinópolis	34,8	8,3	2,7	5,3	3,8	96,2
Luis Antônio	49,8	16,5	3,0	5,2	5,4	94,6
Monte Alto	55,1	10,2	3,4	5,6	1,8	98,2
Pitangueiras	50,5	14,9	3,0	4,8	7,0	93,0
Pontal	47,2	11,7	2,4	4,3	6,0	94,0
Pradópolis	49,0	15,6	3,5	5,2	4,2	95,8
Ribeirão Preto	53,9	11,3	3,5	6,8	1,8	98,2
Santa Cruz da Esperança	15,0	7,0	2,9	5,1	12,4	87,6
Santa Rosa de Viterbo	44,5	15,9	3,1	5,7	6,0	94,0
Santo Antônio da Alegria	8,7	5,9	2,8	5,1	8,6	91,4
São Simão	49,4	11,9	3,5	5,9	6,4	93,6
Serra Azul	38,7	9,5	2,9	4,7	14,4	85,6
Serrana	43,9	12,8	2,8	4,8	5,8	94,2
Sertãozinho	49,9	14,3	2,6	5,6	2,8	97,2
Taquaral	25,0	10,1	3,1	4,1	8,7	91,3

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP. ⁽¹⁾ Foram consideradas pobres as pessoas com renda domiciliar per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2000, e não pobres aquelas que habitam domicílios com níveis de renda per capita superiores a esse patamar.

As dificuldades relacionadas à saúde, especialmente no que tange ao atendimento pelo PSF, não são exclusividade dos assentamentos na região. O Sudeste é a macrorregião com menor índice de cobertura do PSF em todo o país, com 30% de população coberta. É fato que existem dificuldades maiores em consolidar o programa em capitais e grandes cidades (ELIAS, 1996), o que pode ser verificado com base nos dados do DATASUS de 2007, os quais indicam que o estado de São Paulo tem uma cobertura de aproximadamente 26% de sua população no PSF, contra apenas 12,8% da população da RA de Ribeirão Preto. Entretanto, um total de 20, dos 25 municípios da RA, já contavam com o programa em 2007.

Feitas estas considerações mais gerais, reforça-se que é desta maneira que deve ser contextualizada a lógica da gestão social e da construção das políticas públicas: as idiosincrasias próprias do capitalismo que marcam fortemente os territórios. Nesta região específica, o processo de urbanização privilegiou os interesses do capital agroindustrial em detrimento dos interesses sociais. Em outras palavras, a região de Ribeirão Preto conheceu expansão da riqueza, fortemente concentrada, assim como da pobreza, cada vez mais difundida (ELIAS, 1996).

3 – Luta por terra e trabalho na capital do agronegócio

Em termos gerais, as enormes disparidades na distribuição da renda e da propriedade no país colocam o Brasil entre as nações com os maiores índices de desigualdade do mundo. O necessário enfrentamento da desigualdade na distribuição da renda e da propriedade fundiária não pode se dar no plano puramente econômico e nem muito menos a partir de uma discussão que caminhe no bojo das políticas sociais compensatórias. Isto porque a persistência de elevados níveis de desigualdade cria um padrão dualista de desenvolvimento no qual a segregação social gerada prejudica a instauração de direitos civis básicos, sobretudo em relação à camada social mais pobre, e produz distribuições assimétricas de força e representação política, afetando também o acesso à educação, a comunicações de massa e a outros meios de informação (CARTER, 2010).

Não é objeto deste artigo uma análise pormenorizada de cada assentamento em si. O que se quer demonstrar é que a luta pela terra e pelo trabalho nesta região dá luz à importância de políticas concatenadas para romper com a pobreza e o desemprego, o que, por si só o crescimento econômico não resolve.

A região escolhida não foi aleatória, pois é nesta região que o desenvolvimento das forças produtivas se consolidou, gerando grandes cadeias agroindustriais – especialmente a

sucroalcooleira –, que se deram a partir do incremento científico-tecnológico com suas patentes alterações na quantidade de trabalho necessário, o que por seu turno alterou a composição técnica e orgânica do capital. A capitalização do setor agropecuário consolidou essa região como um dos polos agroindustriais mais importantes do Brasil.

Em que pese o fato de na RA de Ribeirão Preto concentrarem-se as atividades agrícolas de maior valor comercial do estado, em particular as atividades do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar, importantes projetos de assentamentos rurais presentes nesta região foram pesquisados. Ao todo existem mais de 900 famílias em cinco assentamentos na RA, localizados nos municípios de Jaboticabal (1998), Pitangueiras (1998), Pradópolis (1999), Serra Azul (2004) e o último, criado em 2007, em Ribeirão Preto. Os três primeiros foram estabelecidos sob a responsabilidade do ITESP e os dois últimos sob a responsabilidade do INCRA. Além do período de implantação, os assentamentos estaduais pesquisados apresentam outra importante característica comum, a saber: todos foram implantados em antigas áreas de hortos florestais pertencentes à FEPASA⁵.

Os projetos mais recentes, sob a responsabilidade do INCRA, também apresentam uma importante característica comum: ambos são Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Isso significa que os princípios básicos norteadores destes projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e para o conseqüentemente acesso a crédito⁶. Em seguida, apresenta-se uma breve descrição dos projetos de assentamentos rurais, por ordem de implantação:

- 1) **Projeto de Assentamento Córrego Rico:** O Projeto de Assentamento foi implantado em 1998, com 47 famílias que ocuparam áreas da Estrada de Ferro FEPASA, no Distrito de Córrego Rico a 10 km de Jaboticabal. O assentamento possui 468 hectares de área total e 362 hectares de área agrícola, sob domínio do estado. Cada família conta com 7,7 hectares e com assistência técnica do ITESP;
- 2) **Projeto de Assentamento Guarani:** Criado em 1999, localiza-se no município de Pradópolis, contando com uma área agrícola de 3.018,53 hectares divididos em 274 lotes, de 11 ha aproximadamente, sendo que 60 deles estão em área pertencente ao município de Guataporã. É o maior assentamento da RA em área total e individual, destinada às famílias;
- 3) **Projeto de Assentamento Ibitiúva:** Localiza-se no município de Pitangueiras em área também pertencente à FEPASA. Iniciado o processo de ocupação em 1998, foi transformado em assentamento rural pelo ITESP em julho de 1999. Possui área total de 725,01 ha, sendo composto por 43 lotes familiares de aproximadamente 8,5 ha, totalizando 367,09 ha de área agrícola;
- 4) **Projeto de Assentamento Sepé Tiarajú:** Tem uma área total de 800 ha, situada no município de Serra Azul, contando com 80 famílias assentadas. Foi criado oficialmente em 2004,

⁵ Ao todo são treze assentamentos rurais em áreas de antigos hortos florestais da FEPASA, onde vivem aproximadamente 894 famílias oficialmente (OLIVEIRA, 2006).

⁶ Conforme Portaria INCRA 477/99 e Portaria MMA 01/99.

constituindo o primeiro assentamento na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Estado de São Paulo. Neste projeto, cada família detém pouco mais de nove hectares, sendo que destes, seis são utilizados na produção conjunta do núcleo e aproximadamente 3,6 ha são de área individual;

- 5) **Projeto de Assentamento PDS da Barra:** Localiza-se em Ribeirão Preto e é o mais recente assentamento da RA, tendo sido efetivado em 2007. Sua área total é de 1.790,80 hectares. Na área, foram assentadas 464 famílias pertencentes a três grupos distintos de luta pela terra, que detêm 2 hectares cada para cultivo coletivo e individualmente apenas um hectare e meio.

A luta pela terra e pela reforma agrária é bem distinta da luta por melhores condições de trabalho no campo e é, também, mais conflituosa, pois contrapõe o direito à propriedade privada à função social da propriedade rural. Esta luta ratificou a ocupação como estratégia de ação e a constituição de acampamentos como instrumento de resistência para a formação de assentamentos rurais.

A luta pela terra na região de Ribeirão Preto teve uma dinâmica bem específica. Por um lado, foi fruto do amadurecimento dos trabalhadores rurais e suas entidades sindicais que transcenderam das reivindicações por melhores condições de trabalho para uma etapa posterior, na qual a volta ao campo, na condição de camponês, se materializou com desenvolvimento de três assentamentos em áreas estaduais de hortos florestais: Córrego Rico, em Jaboticabal, Ibitiúva, em Pitangueiras e o assentamento Guarani, em Pradópolis. Por outro lado, ganhou, na territorialização do MST, além de mais dois assentamentos (o PDS Sepé Tiarajú, em Serra Azul e PDS da Barra, em Ribeirão Preto), um caráter mais combativo e conflitivo com o agronegócio.

Considerações finais

As políticas neoliberais, notadamente após 1990, agravaram os problemas estruturais nacionais, a exemplo da concentração de renda e da propriedade, com rebatimentos sociais significativos expressos no agravamento da realidade agrária, aumento de ocupações e consequente aumento da violência no campo.

O caso de São Paulo é o melhor exemplo de que o avanço da concentração fundiária não foi obstáculo à expansão do capitalismo dependente no Brasil. Neste estado, a estrutura agrária concentrada não impediu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização. Com sua forte indústria e diversificação agrícola, tornou-se um caso emblemático para se entender os conflitos decorrentes da modernização agrícola e o recrudescimento da pobreza e exclusão no campo.

Esta elevada capitalização do setor agropecuário na RA de Ribeirão Preto não escamoteou a luta pela reforma agrária. Mesmo com o forte predomínio do agronegócio, existe na região forte desigualdade no campo, acompanhada de expressiva luta pela terra, por parte de movimentos sindicais e sociais organizados, especialmente a partir da década de 1980.

São mais de 900 famílias beneficiadas em cinco assentamentos na região que, quando analisados, demonstram a incapacidade do modelo de desenvolvimento rural alicerçado no agronegócio em resultar na geração de empregos e no combate à pobreza rural. O aumento dos conflitos no campo e da luta pela terra, na região estudada, nos marcos da grande heterogeneidade estrutural da agricultura paulista, revela que as distintas lógicas produtivas ficaram ao largo das melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo.

A criação de assentamentos, em tese, gera trabalho, melhora a qualidade de vida dos assentados e reduz o movimento migratório rumo às cidades. Mas, para o efetivo sucesso destes empreendimentos, é necessário que os assentamentos sejam dotados de infraestrutura, tanto produtiva como social que garanta estabilidade familiar e, neste sentido, acesso à saúde e à educação são fundamentais. O acesso a serviços de saúde e de educação constitui estímulo à permanência dos assentados na terra e tem importância cabal nas decisões da segunda geração das famílias assentadas.

Estes assentamentos, em suas estratégias de produção e reprodução social em uma região hegemônica pela agricultura moderna, de grande participação do capital internacional, demonstraram a inconsistência do argumento de superação da reforma agrária enquanto uma política social importante para o enfrentamento do desemprego. A diversidade das origens das famílias, suas experiências anteriores heterogêneas contribuem para reforçar a ideia de que nem o crescimento do agronegócio nem a expansão das atividades urbanas foram eficientes para combater a pobreza e o desemprego na região.

É verdade que, em muitos casos, as atividades desenvolvidas nos lotes são insuficientes para a manutenção de todo o núcleo familiar⁷. Mas há que se levar em conta que, dada a limitação de tamanho dos lotes rurais e, por consequência, a elevada relação entre a mão de obra disponível e a quantidade de trabalho a realizar, é comum que membros da família busquem uma renda extra em trabalhos urbanos ou nas empresas do agronegócio.

⁷ Cabe aqui recuperar uma passagem de Chayanov (1974, p. 101) “Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão de obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família”. Apud Girard (2008, p. 98).

A conclusão mais evidente a ser tirada é que a criação de assentamentos rurais, mesmo em áreas tão dinâmicas como a de Ribeirão Preto, gera trabalho, melhora a qualidade de vida dos assentados e reduz o movimento migratório rumo às cidades. Sendo assim, são fundamentais investimentos públicos que tenham como foco a saúde, a educação, a moradia e a segurança jurídica, pois estes são os maiores estímulos à permanência dos assentados na terra e têm importância cabal nas decisões da segunda geração das famílias assentadas em permanecer nos assentamentos.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. A. e MACEDO, F. C. (2007). Demografia e Urbanização. In: CANO, W; BRANDÃO, C. A; MACIEL, C. S. e MACEDO, F. C. **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Ed. Alínea, Campinas.
- CARTER, M. (org.) (2010). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP.
- CHAYANOV, A. V. (1974). **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión.
- CUNHA, J. M. P. e BAENINGER, R. (2000). A migração nos Estados Brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, D, J; CUNHA, J. M. P; BAENINGER, R; CARMO, R. L. (orgs.). **Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente**. Unicamp/NEPO.
- DEDECCA, C. MONTALI, L. BAENINGER, R (orgs.) (2009). **Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais**. Março. Disponível em www.nepo.unicamp.br.
- ELIAS, D. (1996). **Meio Técnico- Científico - Informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)**. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.
- FALEIROS, V. P. (1989). **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. São Paulo: Cortez.
- FREITAS, E. P. (2008). **Agricultura camponesa no território do agronegócio: Um estudo sobre os sem terra de Serra Azul e Ribeirão Preto (SP)**. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP.
- FURTADO, C. (1992). O subdesenvolvimento revisitado. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, v.1, n.1, p.5-20.
- GIRARDI, E. P. (2008). **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.
- IBGE (2009). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (2011). Censo Demográfico 2010: resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em www.ibge.com.br, acessado em 05/2011.

MARX, K. (1996). O Capital: crítica da economia política. Volume I, Livro Primeiro (Tomos I e II). São Paulo: Editora Nova Cultural.

MENDONÇA, M. L. (2010). O monopólio da terra e a produção de agrocombustíveis. **Revista Caros Amigos**. Edição de Abril.

MST (2011). **Processo de construção do projeto de assentamento “Mário Lago”**. Regional de Ribeirão Preto. mimeo.

OLIVEIRA, A. S. (2006). **Assentamentos Rurais em Hortos Florestais da Região Norte do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. UNIARA.

PASTORINI, A. (1997). **Quem Mexe nos fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão – conquista”**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 53, São Paulo: Cortez.

SEADE (2011). **Informações dos Municípios Paulistas: banco de dados**. Disponível em www.seade.gov.br, acessado em maio de 2011.

SEN, A. (2000). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Cia. das Letras.

TEIXEIRA, S. F. (1995). **Reforma Sanitária: em busca de uma teoria**. Rio de Janeiro: Cortez.

YAZBEK, M. C. (2003). *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 4ª Edição.

YAZBEK, M. C. (2003). **Fome Zero: uma política social em questão, Saúde e Sociedade**. v.12, n.1, p.43-50, jan-jun.